



INFORMAÇÃO

Foi publicado no Diário da República o seguinte:



[Decreto-Lei n.º 113-A/2011. D.R. n.º 229, Suplemento, Série I de 2011-11-29](#)

Ministério da Justiça

Procede à revogação do Decreto-Lei n.º 74/2011, de 20 de Junho, que alarga às comarcas da Cova da Beira e de Lisboa o novo mapa judiciário



[Lei n.º 63/2011. D.R. n.º 238, Série I de 2011-12-14](#)

Assembleia da República

Aprova a Lei da Arbitragem Voluntária

Alterações

Código de Processo Civil

Artigos 812.º-D, 815.º, 1094.º e 1527.º

Remissões

Todas as remissões feitas em diplomas legais ou regulamentares para as disposições da Lei n.º 31/86, de 29 de Agosto, com a redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 38/2003, de 8 de Março, devem considerar-se como feitas para as disposições correspondentes na nova Lei da Arbitragem Voluntária

Norma revogatória

Código de Processo Civil

Artigo 1097º

Lei n.º 31/86, de 29 de Agosto

com excepção do disposto no n.º 1 do artigo 1.º, que se mantém em vigor para a arbitragem de litígios emergentes de ou relativos a contratos de trabalho.

Código de Processo nos Tribunais Administrativos

n.º 2 do artigo 181.º e o artigo 186.º

Aditamento

É aditado ao Código da Execução das Penas e Medidas Privativas da Liberdade, publicado em anexo à Lei n.º 115/2009, de 12 de Outubro, e que dela faz parte integrante, o artigo 172.º-A.

Entrada em vigor

A presente lei entra em vigor três meses após a data da sua publicação.

- [Toda a legislação já se encontra actualizada e publicada no site do Sindicato dos Oficiais de Justiça](#)